

## RELATÓRIO DE ANÁLISE AO RECURSO ADMINISTRATIVO

### **REFERÊNCIA**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026-FMS**

Processo nº 005116/2025 de 11 de novembro de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS

ID CidadES Contratação nº 2026.036E0500001.01.0001

**Objeto:** Registro de Preços para futura aquisição de Material Médico Hospitalar, destinados ao atendimento aos munícipes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e as Unidades Básicas de Saúde.

Trata-se da manifestação ao recurso administrativo interposto, pela empresa **PHARMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 08.939.895/0001-36, ora denominado **recorrente**, em face do resultado do Pregão Eletrônico nº 001/2026, conforme registro do ato de Declaração de Vencedores, por meio eletrônico, no chat do Portal de Compras Públicas, em 24 de fevereiro de 2026.

### **I – DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO**

Inicialmente, cabe ressaltar que no item 11.3 do Edital, o recurso administrativo deve ser registrado de forma imediata, durante o prazo de 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

Nesse certame, o prazo fixado para manifestar a intenção de recurso foi de 10 (dez) minutos, concedido na sessão do dia 24/02/2026 para a fase de julgamento das propostas e mais 10 (dez) minutos para a fase de habilitação.

A manifestação em recorrer foi registrada pela Recorrente na própria sessão pública do Pregão em referência e registradas no Portal de Compras Públicas, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para apresentação da fundamentação das suas alegações.

## II – DO RECURSO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, nos incisos I e II do art. 165, a unicidade quanto ao momento de efetivação da interposição do recurso (com a apresentação das razões recursais) e quanto à apreciação do pleito recursal:

*"Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - **recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

***b) julgamento das propostas;***

***c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;***

*d) anulação ou revogação da licitação;*

*e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.*

*§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:*

*I - **a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão**, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;*

*II - **a apreciação dar-se-á em fase única.***

*§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos."*

Também, contido no Edital do Pregão Eletrônico em referência, em seu item XI, após manifestação de intenção de recurso, o prazo para apresentação das razões do recurso seria de 03 (três) dias e, contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos para a manifestação da intenção de recorrer das fases de julgamento da proposta e habilitação, foi registrado intenção de recurso por parte da recorrente, referente ao **LOTE 21** e assim definidos os seguintes prazos:

O prazo para a apresentação de recursos até o dia 27/02/2026, e o de contrarrazões em 04/03/2026. A decisão limite a ser proferida até 11/03/2026.

Encerradas as datas limites para recurso e contrarrazão, apenas foi apresentado recurso administrativo pela recorrente.

Assim sendo, a interposição do presente recurso foi tempestiva, não havendo contrarrazões, esse Pregoeiro procede seu recebimento e passa a análise do mérito.

### **III – DAS RAZÕES DO RECURSO e CONTRARRAZÕES**

A recorrente sustenta, em síntese, que o produto ofertado pela empresa declarada vencedora não atenderia às especificações técnicas previstas no edital, uma vez que o instrumento convocatório teria exigido cobertura primária antimicrobiana confeccionada por **fibras hidrofílicas gelificantes com estrutura composta por 100% de álcool polivinílico (PVA) associada à hidroxipropilcelulose**, ao passo que o produto ofertado possuiria composição baseada em **fibras de carboximetilcelulose (CMC)**.

Alega, ainda, que tal divergência caracterizaria incompatibilidade técnica com as especificações do edital, razão pela qual requer a revisão da decisão administrativa e a realização de diligências para verificação da conformidade técnica do produto ofertado.

Diante do exposto, passamos aos entendimentos.

#### **IV - DA ANÁLISE DO RECURSO**

Inicialmente, cumpre destacar que os procedimentos licitatórios são regidos pelos princípios previstos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, dentre os quais se destacam os princípios da **legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração**.

Nesse contexto, o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório** impõe que tanto a Administração quanto os licitantes observem estritamente as regras e especificações previamente estabelecidas no edital.

No caso em análise, a especificação técnica constante do Termo de Referência para o **LOTE 21** estabelece expressamente que a cobertura primária antimicrobiana deve possuir **estrutura composta por 100% de álcool polivinílico (PVA) associada à hidroxipropilcelulose**.

Entretanto, a análise da ficha técnica do produto ofertado pela empresa inicialmente declarada vencedora demonstra que sua composição é baseada em **fibras de carboximetilcelulose (CMC)**.

Embora a tecnologia baseada em CMC seja amplamente utilizada em curativos destinados ao controle de exsudato, trata-se de **material tecnicamente distinto daquele especificado no edital**, que optou expressamente pela tecnologia baseada em **PVA**.

Dessa forma, a aceitação de produto com composição distinta daquela expressamente exigida no edital configuraria **fornecimento de objeto diverso do licitado**, em afronta direta ao princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**.

Além disso, admitir tal substituição comprometeria a **isonomia entre os licitantes**, pois eventuais fornecedores que não possuam produtos com a tecnologia exigida poderiam ter deixado de participar do certame em razão da especificação técnica estabelecida.

Assim, a manutenção da proposta apresentada pela empresa inicialmente declarada vencedora implicaria violação aos princípios da **legalidade, do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes**.

No que se refere à alegação da Recorrente quanto à necessidade de apresentação de **carta de solidariedade do fabricante**, verifica-se que o edital não estabeleceu tal exigência como requisito de habilitação ou condição para aceitação da proposta para o **LOTE 21**.

Nos termos do princípio da **vinculação ao edital**, não é juridicamente possível à Administração **instituir novas exigências após a fase de apresentação das propostas**, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da segurança jurídica e da competitividade.

Dessa forma, **não assiste razão à Recorrente quanto a este ponto específico**.

## **V - DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios que regem os procedimentos licitatórios, **este Agente de Contratação decide:**

**I – CONHECER** o recurso administrativo interposto pela empresa **PHARMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME**, porquanto presentes os requisitos de admissibilidade;

**II – NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso**, para **DECLASSIFICAR a proposta da empresa JOGG DISTRIBUIDORA**

**LTDA no LOTE 21**, em razão do **não atendimento às especificações técnicas previstas no edital**, especialmente quanto à composição do material exigido.

Considerando a constatação de que o produto ofertado não corresponde à estrutura técnica exigida no instrumento convocatório, **reconsidera-se o ato anteriormente praticado quanto à classificação da proposta vencedora para o LOTE 21.**

Dessa forma, **determina-se o retorno do procedimento à fase de julgamento das propostas**, especificamente em relação ao **LOTE 21**, a fim de que seja realizada a **convocação e análise da proposta da licitante subsequente na ordem de classificação**, verificando-se o pleno atendimento às especificações técnicas estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

Tal providência visa restabelecer a **legalidade do procedimento licitatório**, assegurando o cumprimento dos princípios da **vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Registre-se no sistema e prossiga-se com os atos subsequentes do certame.

**MARCELO RIGO MAGNAGO**

Agente Contratação

Portaria 070/2025